

PERCEPÇÕES SOBRE O
RACISMO
NO BRASIL

JULHO/2023



PERCEPÇÕES SOBRE O RACISMO NO BRASIL



“SUMÁRIO EXECUTIVO DA PESQUISA PERCEPÇÕES SOBRE O RACISMO NO BRASIL”

Iniciativa:

Peregum - Instituto de Referência Negra

Projeto SETA - Sistema de Educação por uma Transformação Antirracista

Coleta, organização e cruzamento de dados:

IPEC - Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica

Sumário Executivo:

Percepções sobre o Racismo no Brasil

Autoria:

João Gabriel do Nascimento Nganga

Autorias da análise da pesquisa:

Jaqueline Santos - Doutora em Antropologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Luciana Ribeiro de Oliveira - Doutora em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Marcelo Perilo - Doutor em Antropologia pela Unicamp

Apoio:

Coalizão Negra por Direitos

Fundação W K Kellog

Instituto Clima e Sociedade

Luminate Brasil

Revisão ortográfica:

Dimitria Costa

Identidade Visual:

Caco Carvalho

Helbert Rodrigues

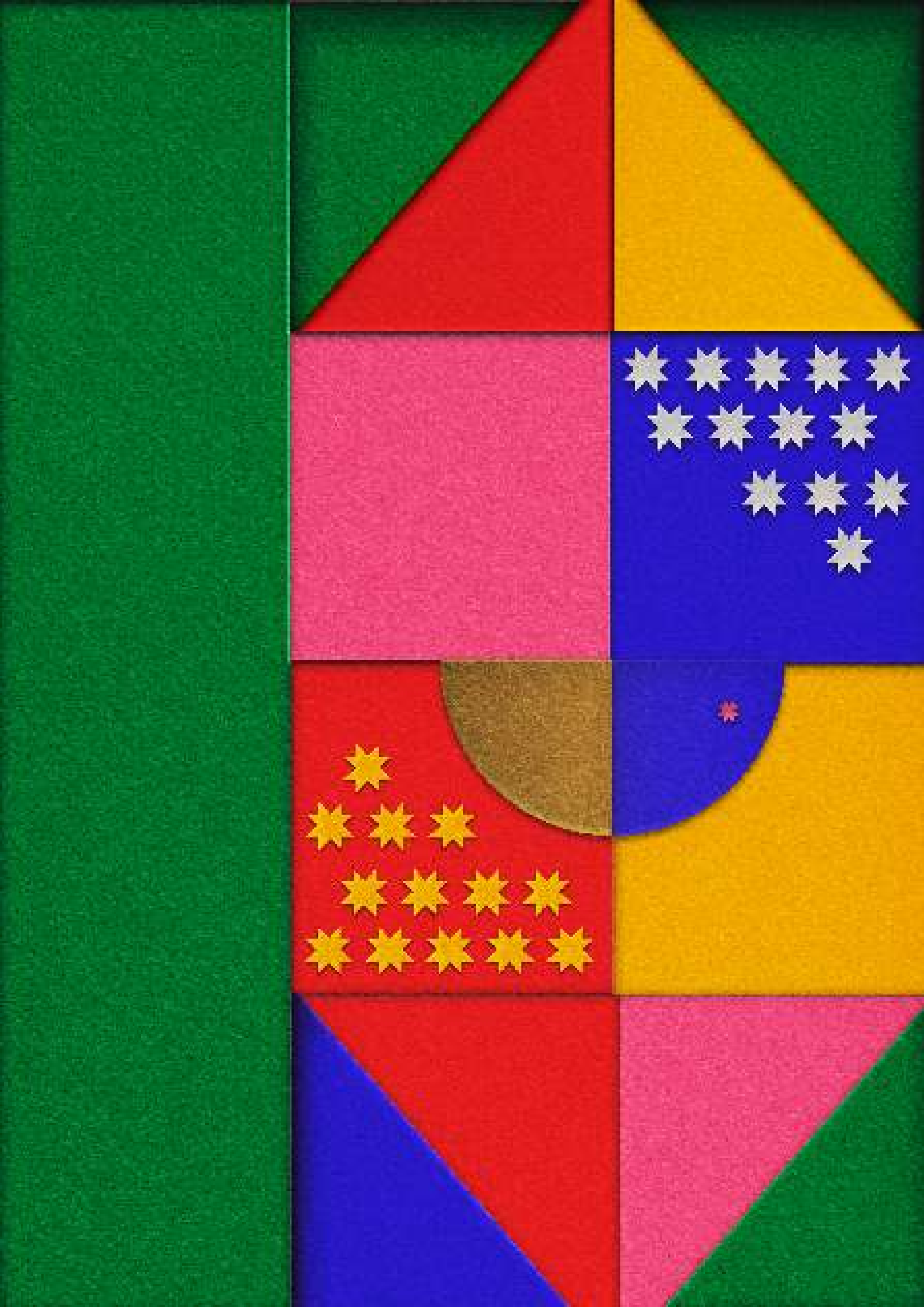
Diagramação

Lucas Mendes

Julho/2023

*Identidade inspirada livremente na obra “O Quilombismo” (2002).
Fica aqui a nossa homenagem ao grande Abdias do Nascimento.*





S Ú M A R I O

1 - INTRODUÇÃO.....	06
2 - BLOCO PERCEPÇÕES SOBRE O RACISMO E AS DESIGUALDADES.....	08
2.1 - Desigualdades.....	09
2.2 - Percepção da identidade étnico-racial.....	09
2.3 - Percepção do racismo no Brasil.....	11
2.4 - Racismo institucional.....	20
2.5 - Criminalização do racismo.....	23
3 - BLOCO EDUCAÇÃO.....	26
3.1 - Temas relevantes e mais aprendidos na escola: racismo, história e cultura africana, história e cultura afro-brasileira e história e cultura indígena.....	26
3.2 - Temas relevantes e mais aprendidos na escola: gênero, sexualidade, e história das contribuições e protagonismo das mulheres.....	30
3.3 - Violências nas escolas.....	32
3.4 - Pessoas com deficiência e convivência democrática.....	35
4 - BLOCO POLÍTICAS PÚBLICAS.....	39
4.1 - Racismo ambiental e desastres ambientais.....	39
4.2 - Políticas e instituições de segurança pública.....	40
4.3 - Representatividade e equidade.....	40
4.4 - Ações afirmativas e cotas.....	42
4.5 - Políticas de inclusão e outras ações.....	43
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
5.1 - Recomendações.....	44

1 - INTRODUÇÃO: PERCEPÇÕES SOBRE O RACISMO NO BRASIL

Com o intuito de compreender de que forma a população brasileira percebe o racismo, bem como favorecer a criação de campanhas e políticas de enfrentamento ao racismo, foi realizada a pesquisa “Percepções sobre Racismo no Brasil”, uma iniciativa do Peregum – Instituto de Referência Negra e do Projeto SETA - Sistema de Educação por uma Transformação Antirracista.

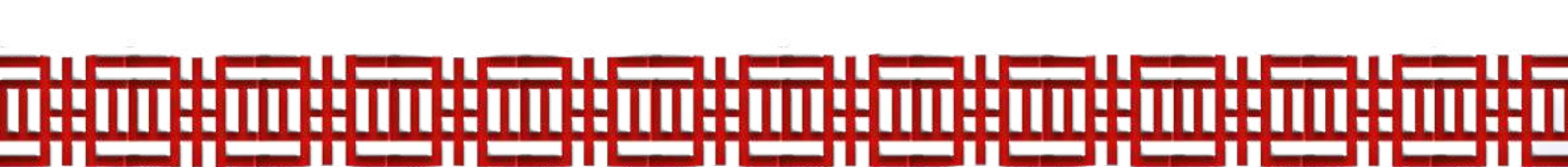
Este é um estudo de abrangência nacional com metodologia quantitativa e amostra de 2.000 participantes. Os dados foram coletados presencialmente pela empresa de consultoria IPEC – Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica. Nas situações em que profissionais da consultoria abordavam as pessoas, aplicava-se um questionário com perguntas e alternativas pré-definidas relativas ao tema da pesquisa. A coleta de dados foi realizada em 127 municípios brasileiros das cinco regiões do país no período de 14 a 18 de abril de 2023, considerando-se participantes com 16 ou mais anos de idade.

A amostra das pessoas respondentes foi proporcional aos perfis representativos da população brasileira. Esse universo de pessoas consultadas permite a projeção dos dados para que se identifique a opinião de 167.216.303 pessoas no Brasil sobre os temas abordados na pesquisa.

Com base no questionário de pesquisa, apreende-se doze variáveis que permitem a identificação do perfil das pessoas respondentes.

1. Condição do município;
2. Escolaridade;
3. Idade;
4. Orientação política;
5. Orientação sexual;
6. Porte do município (em número de habitantes);
7. Possui, convive ou se relaciona com alguém com algum tipo de deficiência;
8. Raça/cor;
9. Região;
10. Religião;
11. Renda familiar (em salários mínimos); e
12. Sexo.



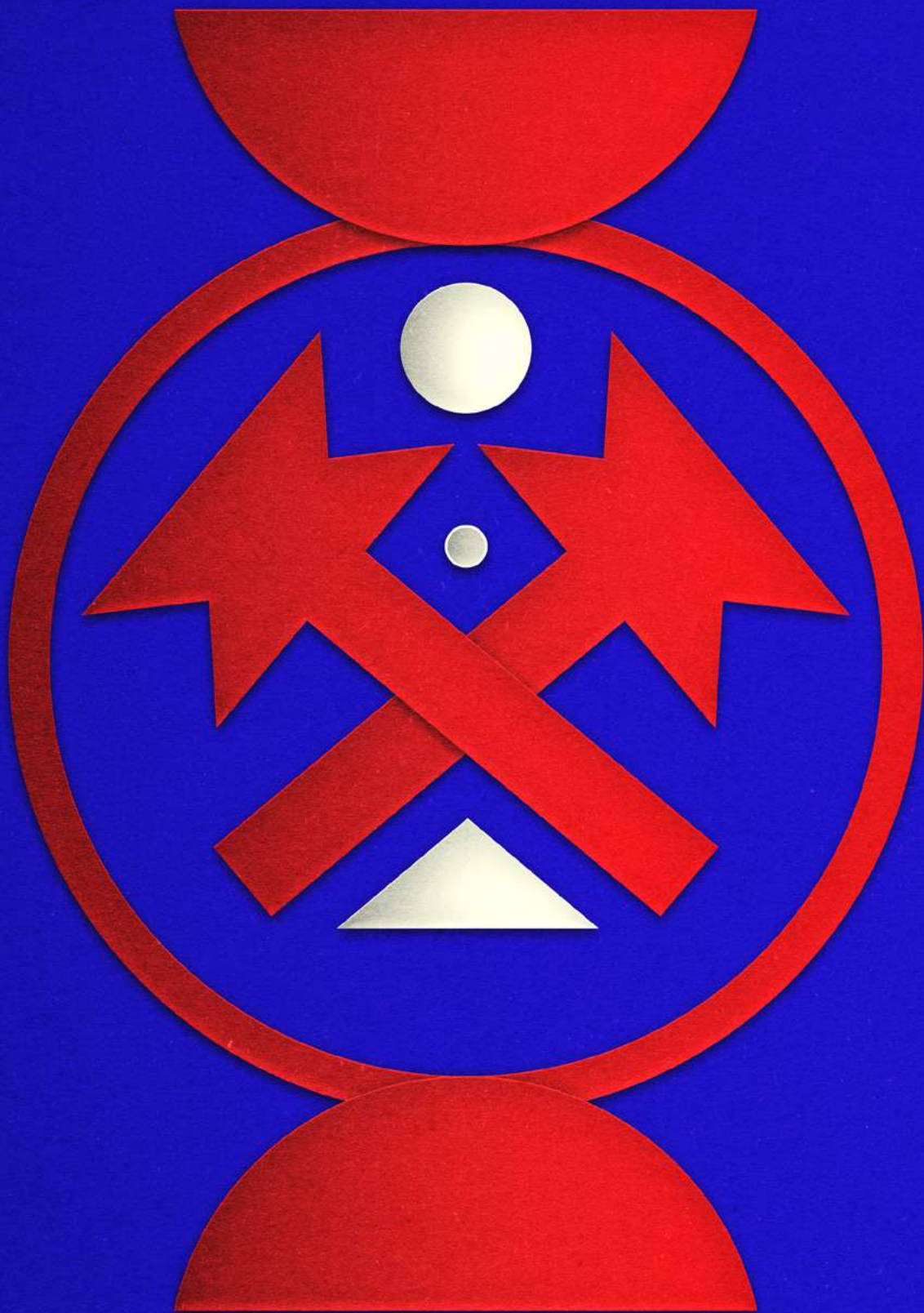


O estudo optou por analisar os grupos de pessoas pretas e pardas separadamente, e não agrupados enquanto população negra, conforme realizado em vários estudos, como alguns do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Esse procedimento foi adotado para que fosse possível identificar como pessoas pretas e pardas se posicionam separadamente em relação a cada uma das questões e temas da pesquisa, sem desconsiderar que ambas fazem parte da população negra, e sem deixar de dar atenção às similaridades sociais entre elas.

A análise dos resultados desta pesquisa leva em consideração intersecções de marcadores sociais da diferença, pois interseccionalidades entre raça/cor/etnia e classe, raça/cor/etnia e renda, raça/cor/etnia e gênero e tantas outras produzem efeitos distintos. Entretanto, o marcador social raça/cor/etnia é central na análise das percepções sobre o racismo no Brasil.

Este material está dividido em três blocos: no primeiro abordaremos as percepções da sociedade sobre o racismo e sobre as desigualdades; no segundo, as percepções sobre racismo na educação; e, no terceiro, o tema das políticas públicas.





2 - BLOCO “PERCEPÇÕES SOBRE O RACISMO E AS DESIGUALDADES”

2.1 - Desigualdades

Os resultados da pesquisa demonstram que a democracia racial não é mais hegemônica no país e que há, cada vez mais, uma reflexão sobre os impactos do racismo no contexto nacional. Contudo, os dados também revelam que as pessoas ainda tendem a identificar o racismo como uma prática que não faz parte de sua experiência particular.

Dentre as pessoas respondentes da pesquisa, **44% consideram que a raça/cor/etnia é o principal fator gerador de desigualdades no Brasil**. Dentre os demais fatores, segue-se que:

- 29% acreditam que é a classe social;
- 7% entendem que é o local da moradia;
- 6% percebem que é gênero ou sexo;
- 5% consideram que é a orientação sexual; e
- 2% compreendem que é o local de origem/onde nasceu.

Raça/cor/etnia é o principal fator gerador de desigualdades para:

- Todos os gêneros;
- Todos os grupos de idade;
- Todas as regiões do país;
- Todos os grupos étnico-raciais;
- Todos os municípios da capital e do interior, e de diferentes portes;
- Todas as faixas de rendimento;
- Todas as orientações políticas; e
- Todas as religiões.

Os **grupos que tiveram mais dificuldades** em definir os principais fatores geradores de desigualdades foram:

- Pessoas com 60 anos ou mais, com 11%;
- Pessoas com ensino fundamental, com 8%.



2.2 - Percepção da identidade étnico-racial

Os resultados da pesquisa indicam que a população brasileira não tem uma dificuldade generalizada em declarar a sua raça/cor/etnia.

92% das pessoas sentem-se minimamente confortáveis ao declarar sua raça/cor/etnia, sendo que:

- 24% sentem-se muito confortáveis ao responder sua raça/cor/etnia;
- 68% sentem-se confortáveis;

Além disso, temos que:

- 6% sentem-se desconfortáveis;
- 2% sentem-se muito desconfortáveis.

Quando analisamos os grupos que se sentem **muito confortáveis** em responder sua raça/cor/etnia, encontramos o seguinte cenário acima da média geral:

- 34% são mulheres pretas;
- 31% são pessoas pretas;
- 29% são homens pretos; e
- 28% são homens pardos.

Dentre os grupos que se sentem **desconfortáveis**, destaca-se que as mulheres pretas apresentam índice acima da média geral: 11%.

Quando se trata do nível de dificuldade para definir a raça/cor/etnia, **para 90% das pessoas, é fácil ou muito fácil:**

- 19% das pessoas consideram muito fácil;
- 71% das pessoas consideram fácil.

Apenas 9% das pessoas consideram difícil definir sua raça/cor/etnia:

- 7% das pessoas consideram muito difícil;
- 2% das pessoas consideram difícil.



Dentre esses 9%, os grupos que **têm dificuldade acima da média** na autoidentificação são:

- 14% das pessoas com 60 anos ou mais;
- 14% das mulheres pretas;
- 14% dos homens pretos;
- 11% das pessoas moradoras de capitais; e
- 11% das pessoas moradoras de municípios com mais de 500 mil habitantes.

Dentre as 2.000 pessoas que participaram da pesquisa, somente 1% não sabe ou não respondeu sobre o nível de dificuldade na autoidentificação com alguma raça/cor/etnia.

Sobre a percepção da **importância da autodeclaração** de raça/cor/etnia, o cenário é:

- Para 52% das pessoas, é muito importante;
- Para 19% das pessoas, é pouco importante; e
- Para 28% das pessoas, é nada importante.

Para alguns grupos, a importância dessa autodeclaração está acima dos 52%, sendo eles:

- 69% dos homens pretos;
- 68% das mulheres pretas;
- 64% das mulheres pardas;
- 63% das pessoas moradoras da região Nordeste; e
- 61% das pessoas com renda familiar de até um salário mínimo.

Os grupos que consideram que essa autodeclaração **não é nada importante**, estando acima da média (28%), são:

- 39% dos homens brancos;
- 37% das mulheres brancas;
- 37% das pessoas com renda familiar acima de cinco salários mínimos;
- 34% das pessoas com idade entre 45 e 59 anos; e
- 33% das pessoas com ensino superior.



2.3 - Percepção do racismo no Brasil

A pesquisa buscou identificar como que as pessoas compreendem o racismo, e como elas identificam a sua manifestação na sociedade brasileira. **81% afirmam que o Brasil é um país racista**, sendo que:

- 60% concordam totalmente; e
- 21% concordam em parte.

16% discordam dessa afirmação, sendo que:

- 5% discorda em parte; e
- 11% discorda totalmente.

Os grupos abaixo **concordam totalmente** acima da média que o Brasil é um país racista:

- 76% das mulheres pretas;
- 66% das mulheres pardas;
- 66% dos homens pretos;
- 64% das pessoas moradoras em municípios periféricos; e
- 63% das pessoas com renda familiar de até um salário mínimo.

Contudo, também temos um cenário em que a opinião de alguns grupos (aqueles que **discordam totalmente** da afirmação de que o Brasil é um país racista) fica acima da média, que é de 11%.

- 18% são pessoas com 60 anos ou mais;
- 14% são homens;
- 15% são homens brancos; e
- 15% são pessoas com alinhamento político mais à direita;

Seguem os principais resultados relacionados às **motivações para a prática do racismo** identificadas pelas pessoas entrevistadas.

• Para 62% das pessoas, o racismo é uma ação ou prática motivada **contra um grupo de uma raça/cor/etnia**;



- Para 30% das pessoas, o racismo é uma ação ou prática motivada **devido às características de uma pessoa**;
- Para 25% das pessoas, o racismo é uma ação ou prática motivada **contra a religião de um grupo**;
- Para 23% das pessoas, o racismo é a principal fonte de **produção de desigualdades a partir das diferenças entre grupos**;
- Para 19% das pessoas, o racismo é uma ação ou prática motivada **contra um grupo de uma origem social ou territorial**; e
- Para 18% das pessoas, o racismo é uma ação motivada **contra as práticas culturais de um grupo**.

Quando analisamos os grupos que consideram **acima da média** o racismo como uma ação ou prática motivada por fatores, temos o seguinte cenário:

Contra um grupo de uma raça/cor/etnia (62%), acima da média:

- 75% das pessoas com ensino superior;
- 72% das pessoas jovens de 16 a 24 anos;
- 69% das pessoas de 25 a 34 anos;
- 68% das mulheres brancas; e
- 67% das pessoas moradoras da região Sudeste.

Devido às características de uma pessoa (30%), temos acima da média:

- 38% das pessoas com ensino superior;
- 37% das mulheres pretas;
- 36% das pessoas jovens de 16 a 24 anos;
- 34% dos homens pretos; e
- 35% das pessoas que possuem ou convivem com quem tem deficiência.

Contra a religião de um grupo (25%), temos acima da média:

- 31% das pessoas com ensino superior;
- 30% das pessoas com renda familiar acima de cinco salários mínimos;



- 30% das pessoas pretas;
- 34% das mulheres pretas;
- 29% das pessoas que possuem ou convivem com quem tem deficiência; e

9% das pessoas entrevistadas não sabem ou não responderam o que motiva o racismo.

As pessoas entrevistadas foram convidadas a apontar qual é **a principal forma de manifestação do racismo na sociedade brasileira**. Para

- 66% é a violência verbal, como xingamentos e ofensas;
- 42% é o tratamento desigual;
- 39% é a violência física, como agressões;
- 28% é a negação de oportunidades;
- 23% é a intolerância religiosa;
- 22% é a exclusão, isolamento e desprezo de um grupo de pessoas;
- 15% é pressionar ou constranger alguém para mudar a sua aparência;
- 11% é ignorar a existência de determinado grupo de pessoas;
- 9% são práticas ou ações que favorecem um determinado grupo de pessoas;
- 8% é a desigualdade de investimento em diferentes territórios, a depender do grupo que ali vive;
- 7% é negar a história, as contribuições e as potências de determinado grupo de pessoas; e
- 5% são ações e medidas institucionais do Estado e de organizações públicas e privadas.

A pesquisa revela que ainda **há a predominância** da percepção de manifestações racistas nas relações interpessoais.

Destacamos os grupos que consideram acima da média geral cada uma das formas de manifestação de racismo sugeridas como alternativas:

Racismo como violência verbal, como xingamentos e ofensas (66%)

- 77% das pessoas jovens de 16 a 24 anos;
- 72% das pessoas de 25 a 34 anos;



- 70% das pessoas com ensino médio;
- 70% das mulheres pretas; e
- 71% das pessoas com renda familiar de dois a cinco salários mínimos.

Racismo como tratamento desigual (42%)

- 50% das pessoas com ensino superior;
- 50% das mulheres pretas;
- 46% das pessoas de 25 a 34 anos;
- 46% das pessoas moradoras da região Sudeste;
- 46% das pessoas com renda familiar de dois a cinco salários mínimos; e

3% das pessoas não souberam ou não responderam como o racismo se manifesta. Dentre esse percentual, 8% são pessoas com 60 anos ou mais.

Para a pergunta “**Você sofre ou já sofreu racismo?**”, temos o seguinte cenário:

- 17% concordam totalmente;
- 7% concordam em parte;
- 10% discordam em parte;
- 64% discordam totalmente.

Os grupos que **apontam ter sofrido racismo acima da média**

- 40% dos homens pretos;
- 39% das pessoas pretas;
- 38% das mulheres pretas; e
- 27% pessoas moradoras das regiões Norte e Centro-Oeste.

Para a pergunta “**Eu tenho algumas atitudes e práticas consideradas racistas?**”, temos o seguinte panorama:

- 5% concordam totalmente;
- 6% concordam em parte;
- 10% discordam em parte;
- 75% discordam totalmente; e

Apenas 4% das pessoas brancas concordam totalmente sobre terem práticas racistas.



Quando perguntamos se as pessoas **já presenciaram situações em que uma pessoa sofreu racismo**:

- 51% concordam totalmente;
- 12% concordam em parte;
- 6% discordam em parte;
- 29% discordam totalmente.

Os grupos que **mais afirmaram** terem presenciado situações de racismo são:

- 57% das mulheres pretas;
- 57% das pessoas que possuem ou convivem com quem tem deficiência;
- 54% das pessoas moradoras das periferias;
- 56% dos homens pretos; e
- 55% das pessoas moradoras das capitais.

Os grupos que **mais discordam** de ter presenciado situações de racismo são:

- 42% das pessoas moradoras da região Sul;
- 36% das pessoas com ensino fundamental;
- 31% das pessoas que moram em cidades do interior.

Quando perguntadas se **trabalham em uma instituição/empresa racista**:

- 6% concordam totalmente;
- 4% concordam em parte;
- 10% discordam em parte;
- 67% discordam totalmente.

Os grupos que concordam totalmente que **trabalham em uma instituição/empresa racista**, tendo indicadores **acima da média** (6%), são:

- 11% das pessoas não heterossexuais;
- 9% das pessoas da região Nordeste;
- 8% das mulheres pretas;
- 7% das mulheres pardas; e
- 7% das pessoas que possuem ou convivem com quem tem deficiência.



Quando perguntadas se **estudam em uma escola/faculdade/universidade racista**:

- 7% concordam totalmente;
- 6% concordam em parte;
- 11% discordam em parte; e
- 56% discordam totalmente.

Os grupos que concordam totalmente que **estudam em uma escola/faculdade/universidade racista**, tendo indicadores **acima da média**, são:

- 10% das mulheres pretas;
- 10% das pessoas não heterossexuais;
- 9% dos homens pretos;
- 9% das pessoas que possuem ou convivem com quem tem deficiência; e
- 8% das pessoas que moram em municípios de periferia.

No tema da convivência, a pesquisa revela resultados em três frentes:

Eu convivo com pessoas que sofrem racismo:

- 33% concordam totalmente;
- 13% concordam em parte;
- 1% nem concorda e nem discorda;
- 9% discordam em parte; e
- 42% discordam totalmente.

Os grupos que **mais afirmam conviver** com vítimas do racismo são:

- 59% das mulheres pretas;
- 55% dos homens pretos;
- 55% das pessoas que possuem ou convivem com quem tem deficiência;
- 51% das pessoas jovens de 16 a 24 anos; e
- 47% das pessoas com renda familiar de até um salário mínimo.

Os grupos que **mais indicam não conviver** com pessoas que sofrem racismo, demonstrando índices acima da média, são:



- 65% das pessoas que moram na região Sul;
- 59% das pessoas com ensino fundamental;
- 59% das pessoas com orientação política mais à direita; e
- 55% dos homens.

Convivência com pessoas que praticam racismo, sendo que:

- 20% concordam totalmente;
- 16% concordam em parte;
- 1% nem concorda e nem discorda;
- 10% discordam em parte; e
- 51% discordam totalmente.

Os grupos que mais afirmam conviver com quem tem atitudes racistas, possuindo índices acima da média, são:

- 24% das pessoas pretas;
- 27% das mulheres pretas;
- 26% das pessoas que possuem ou convivem com quem tem deficiência; e
- 23% das pessoas com ensino superior.

Os grupos que mais discordam da afirmação de que convivem com pessoas que têm atitudes racistas, demonstrando índices acima da média são:

- 56% dos homens brancos;
- 56% dos homens pardos;
- 55% das pessoas com ensino fundamental;
- 64% das pessoas que moram na região Sul; e
- 54% das pessoas com alinhamento político mais à direita.

Sobre racismo na família, no qual as pessoas entrevistadas foram perguntadas se suas famílias são racistas:

- 4% concordam totalmente;
- 8% concordam em parte;



- 1% nem concorda e nem discorda;
- 11% discordam em parte; e
- 74% discordam totalmente.

8% das mulheres pretas concordam totalmente que suas famílias são racistas.

Para a pergunta “**Em quais desses espaços você sofre ou já sofreu racismo?**”, temos o seguinte:

- Para 38%, o racismo foi sofrido em **escola/faculdade/universidade**;
- Para 29%, o racismo foi sofrido no **trabalho**;
- Para 28%, o racismo foi sofrido em **espaços públicos (ruas, parques, praças etc.)**;
- Para 18%, o racismo foi sofrido nos **estabelecimentos comerciais (supermercados, shopping, lojas de rua, cinemas, restaurantes etc.)**;
- Para 11%, o racismo foi sofrido no **ambiente familiar**;
- Para 10%, o racismo foi sofrido no **banco**;
- Para 8%, o racismo foi sofrido na **comunidade em que moram**;
- Para 7%, o racismo foi sofrido no **transporte público**;
- Para 5%, o racismo foi sofrido em **espaços religiosos**; e
- Para 3%, o racismo foi sofrido em **agências de recrutamento para o trabalho**

De todas as pessoas questionadas se sofrem ou sofreram racismo, apenas 9% não sabem ou não responderam.

Quando analisamos os grupos que **mais sofrem ou sofreram racismo** em lugares específicos acima da média, temos o seguinte cenário:

Racismo na escola/faculdade/universidade (38%)

- 64% das pessoas jovens de 16 a 24 anos;
- 49% das pessoas das regiões Norte e Centro-Oeste.
- 48% das mulheres pretas;
- 44% das pessoas com ensino superior; e
- 42% das mulheres pardas.



Racismo no espaço público (ruas, parques, praças etc.) (28%)

- 37% dos homens pretos;
- 34% das pessoas das regiões Norte e Centro-Oeste;
- 33% das pessoas que possuem ou convivem com quem tem deficiência;
- 33% das mulheres pretas; e
- 32% das pessoas com ensino médio.

Racismo em estabelecimentos comerciais (supermercados, shopping, lojas de rua, cinemas, restaurantes etc.) (18%)

- 37% das mulheres pretas;
- 25% dos homens pretos;
- 24% das pessoas de 45 a 59 anos;
- 23% das pessoas com ensino superior; e
- 23% das pessoas que possuem ou convivem com quem tem deficiência.

Ao questionar as pessoas entrevistadas sobre **quais os três grupos que mais sofrem racismo no Brasil**, temos os seguintes resultados:

- **Pessoas pretas, com 96%;**
- **Povos indígenas, com 57%;**
- **Imigrantes africanos, com 38%;**
- **Quilombolas, com 29%;**
- **Pessoas pardas, com 23%;**
- Imigrantes latinos, com 6%;
- Pessoas asiáticas, com 6%;
- Imigrantes asiáticos, com 5%;
- População branca, com 4%; e
- Imigrantes europeus, com 1%.

90% indicaram as pessoas pretas como a primeira opção de grupo que mais sofre racismo no Brasil.





Povos indígenas como parte dos grupos que mais sofrem racismo no Brasil estão acima da média (57%) para:

- 64% das pessoas de 16 a 24 anos;
- 63% das pessoas de 35 a 44 anos;
- 63% das pessoas com ensino superior; e
- 62% das pessoas da região Sul.

Quilombolas como parte dos grupos que mais sofrem racismo no Brasil estão acima da média (29%) para:

- 61% das pessoas com alinhamento mais à esquerda;
- 37% das pessoas da região Nordeste;
- 37% das pessoas das regiões Norte e Centro-Oeste;
- 33% das pessoas pardas; e
- 33% das pessoas com ensino superior.

2.4 - Racismo institucional

Quando perguntadas **se pessoas negras e pessoas brancas são tratadas de forma diferente pelas polícias**, temos que

- 71% das pessoas concordam totalmente de que há diferença no tratamento;
- 13% das pessoas concordam em parte de que há diferença no tratamento;
- 2% não concorda e nem discorda;
- 4% discordam em parte de que há diferença no tratamento; e
- 9% discordam totalmente de que há diferença no tratamento.

Os grupos que concordam totalmente acima da média que esse tratamento é desigual são:

- 78% das pessoas pretas;
- 75% das mulheres;
- 75% das pessoas jovens de 16 a 24 anos;
- 75% das pessoas que moram em capitais; e
- 75% das pessoas que moram em periferias.





Os grupos que discordam totalmente, estando acima da média, que há diferença no tratamento pelas polícias são:

- 12% das pessoas com 60 anos ou mais;
- 12% das pessoas com ensino fundamental; e
- 12% das pessoas com alinhamento político mais à direita.

Em relação à **criminalização de pessoas negras e brancas**, a maioria das pessoas entrevistadas concordam que pessoas negras são mais criminalizadas e punidas do que as pessoas brancas.

- 76% concordam totalmente;
- 12% concordam em parte;
- 1% nem concorda e nem discorda;
- 4% discordam em parte; e
- 5% discordam totalmente.

Os grupos que **mais concordam totalmente** que pessoas negras são mais criminalizadas e punidas do que as pessoas brancas são:


- 85% das mulheres pretas;
- 85% das pessoas com alinhamento político mais à esquerda; e
- 80% das mulheres pardas.

O grupo que majoritariamente discorda sobre a noção de que a criminalização incide mais sobre pessoas negras do que brancas é aquele com alinhamento político mais à direita, com 9% de pessoas discordando totalmente.

Para a pergunta “**A abordagem policial é baseada na cor da pele, no tipo de cabelo e de vestimenta das pessoas**”, temos que

- 63% concordam totalmente;
- 16% concordam em parte;
- 2% nem concorda e nem discorda;
- 7% discordam em parte; e
- 11% discordam totalmente.





Os grupos que **mais concordam totalmente** que as abordagens das polícias são baseadas na cor da pele, no tipo de cabelo e de vestimenta das pessoas são:

- 74% das mulheres pretas;
- 73% das pessoas com alinhamento político mais à esquerda;
- 67% das mulheres brancas;
- 67% das pessoas da região Sudeste; e
- 65% das mulheres pardas.

17% das pessoas com alinhamento político mais à direita discordam de que as abordagens das polícias são baseadas na cor da pele, no tipo de cabelo e de vestimenta das pessoas.

No que se refere à afirmação **“O Brasil possui políticas públicas suficientes para garantir a inclusão e mais oportunidades para pessoas negras”**, temos que:

- 29% concordam totalmente;
- 16% concordam em parte;
- 2% nem concorda e nem discorda;
- 20% discordam em parte; e
- 29% discordam totalmente.

Os grupos que mais discordam totalmente dessa afirmação são:

- 36% das pessoas pretas;
- 35% das pessoas com alinhamento político mais à esquerda;
- 33% das pessoas que moram nas capitais; e
- 33% das pessoas que moram nas periferias.

Os grupos que mais concordam totalmente com essa afirmação são:

- 35% das pessoas com ensino fundamental;
- 33% dos homens;
- 33% das pessoas de 35 a 44 anos;
- 33% das pessoas da região Sul; e
- 33% das pessoas com alinhamento político mais à direita.

Em relação à afirmação “**Aumentar a representatividade das pessoas negras na política e em cargos de poder contribui para diminuir as desigualdades estruturais**”, temos que:

- 61% concordam totalmente;
- 14% concordam em parte;
- 3% nem concorda e nem discorda;
- 8% discordam em parte; e
- 11% discordam totalmente.

Os grupos que mais concordam com essa afirmação são:

- 85% das pessoas com alinhamento político mais à esquerda;
- 78% das mulheres;
- 78% das pessoas que moram nas capitais; e
- 78% das pessoas com renda familiar entre um e dois salários mínimos.

A pesquisa revelou que 25% das pessoas com renda familiar de mais de cinco salários mínimos discordam totalmente.

2.5 - Criminalização do racismo

Sobre a criminalização do racismo, a maioria das pessoas entrevistadas **acreditam que o racismo deve ser criminalizado no Brasil**.

- 57% concordam totalmente;
- 8% concordam em parte;
- 3% nem concorda e nem discorda;
- 6% discordam em parte; e
- 24% discordam totalmente.

Grupos que mais concordam totalmente com a criminalização do racismo:

- 69% das pessoas jovens de 16 a 24 anos;
- 67% das pessoas com ensino superior;
- 65% das pessoas com renda familiar de dois a cinco salários mínimos;
- 65% das pessoas com alinhamento político mais à esquerda; e
- 63% das pessoas da região Sudeste.

Grupos que mais discordam totalmente com a criminalização do racismo

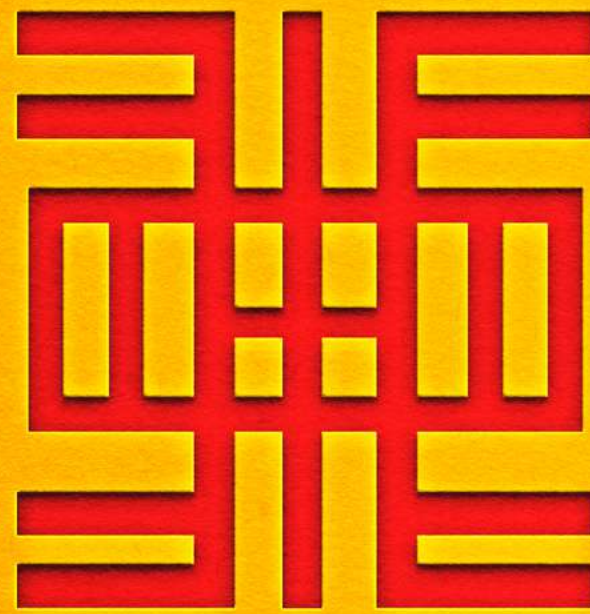
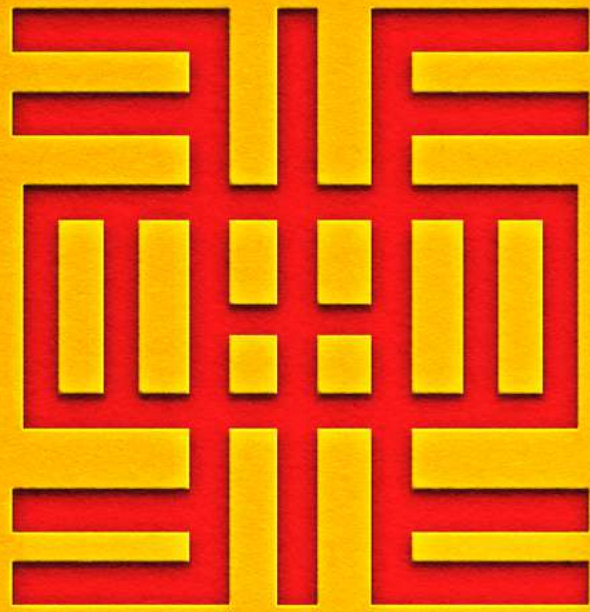
- 35% das pessoas com 60 anos ou mais;
- 33% das pessoas da região Nordeste;
- 33% das pessoas com renda familiar de até um salário mínimo; e
- 30% das pessoas com ensino fundamental.

Sobre a **suficiência das leis que criminalizam o racismo no Brasil**, na opinião das pessoas entrevistadas:

- 67% **não as consideram suficientes para evitar práticas racistas;**
- 13% acreditam que **são suficientes** para evitar práticas racistas, **tanto por parte das pessoas quanto das instituições/empresas;**
- 9% consideram que **são suficientes apenas para evitar práticas racistas por parte das pessoas;** e
- 5% entendem como **suficientes apenas para evitar práticas racistas por parte das instituições/empresas.**

Os grupos que mais apontam que as leis que criminalizam o racismo no Brasil **não são suficientes para evitar práticas racistas são:**

- 76% das pessoas da região Nordeste;
- 74% das pessoas jovens de 16 a 24 anos;
- 74% das pessoas que possuem ou convivem com quem tem deficiência;
- 73% das pessoas com o ensino superior; e
- 70% das mulheres pardas.





3 - BLOCO “EDUCAÇÃO”

3.1 - Temas relevantes e mais aprendidos na escola: racismo, história e cultura africana, história e cultura afro-brasileira e história e cultura indígena

Em 2003 o Brasil deu um passo significativo a favor da educação antirracista com a promulgação da Lei Federal n. 10.639, que institui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira. Alguns anos depois, em 2008, outro avanço nessa mesma direção foi dado com a criação da Lei Federal n. 11.645, que institui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura dos Povos Indígenas. As duas leis são marcos legais que contribuem para o enfrentamento do racismo presente na instituição escolar.

A pesquisa nos revela que **69% das pessoas consideram que o tema mais importante a ser estudado dentro das escolas é o racismo**. Quando analisamos os grupos que compreendem esse tema como prioritário acima da média geral, temos o seguinte panorama:

- 73% pessoas com ensino médio;
- 73% com renda familiar de dois a cinco salários mínimos;
- 71% são pessoas brancas;
- 70% moram em periferias; e
- 70% moram em cidades do interior.

Outros temas também são considerados importantes para serem estudados no cotidiano escolar. No entanto, aparecem em uma porcentagem abaixo da temática do racismo:

- 40% para o tema de história e cultura afro-brasileira;
- 36% para o tema de história e cultura indígena; e
- 31% para a busca de igualdade entre homens e mulheres e a forma como a sociedade entende as pessoas do sexo masculino e feminino.

No que se refere aos **temas considerados menos relevantes de serem estudados na escola**, temos:

- História e cultura africana, com 26%;
- História das contribuições e do protagonismo das mulheres, com 24%; e
- Sexualidade e atração sexual e afetiva compartilhada entre as pessoas, com também 24%.





Os grupos que compreendem acima da média geral que o tema **ensino de história e cultura afro-brasileira é importante de ser trabalhado na escola** são:

- 51% das pessoas com ensino superior;
- 56% das pessoas com renda familiar de mais de cinco salários mínimos;
- 44% das pessoas de 25 a 34 anos;
- 44% das pessoas moradoras da região Sudeste; e
- 44% das pessoas que convivem com quem teve ou tem alguma deficiência.

Os **grupos que mais consideram que o ensino de história e cultura indígena é um tema relevante de ser estudado na escola** são:

- 53% das pessoas com renda familiar de mais de cinco salários mínimos;
- 48% das pessoas com ensino superior;
- 42% das pessoas moradoras da região Sudeste; e
- 40% das pessoas com orientação política mais à esquerda.

Agora, no que se refere aos **temas mais aprendidos no ambiente escolar**, temos:

- 52% para o tema de história e cultura indígena;
- 46% para o tema de história e cultura afro-brasileira;
- 37% para o tema de racismo; e
- 25% para o tema de história e cultura africana.

Dentre **os grupos que mais aprenderam sobre o tema história e cultura indígena** na escola, temos:

- 67% das pessoas com ensino superior;
- 62% das pessoas jovens (16 a 24 anos);
- 57% das pessoas com ensino médio;
- 55% das pessoas brancas; e
- 55% das pessoas que possuem ou convivem com quem tem deficiência.

Em relação ao tema **história e cultura afro-brasileira**, ao se analisar os **grupos que mais aprenderam** esse assunto, temos:





- 61% das pessoas jovens (16 a 24 anos);
- 53% das pessoas com ensino médio; e
- 53% das pessoas com ensino superior.

Em relação ao **tema racismo, os grupos com destaque no aprendizado desse assunto** foram:

- 53% das pessoas jovens (16 a 24 anos);
- 43% das pessoas que residem nas regiões Norte e Centro-Oeste;
- 44% das pessoas com ensino superior; e
- 40% das pessoas com ensino médio.

Dentre aquelas pessoas participantes da pesquisa que afirmaram ter **aprendido sobre história e cultura africana, história e cultura afro-brasileira, história e cultura indígena e racismo no ambiente escolar**, questionou-se a forma de abordagem desses temas.

Mais da metade das pessoas entrevistadas, de todos os níveis educacionais, consideram que a forma que esses temas foram abordados na escola é pouco ou nada adequada, evidenciando uma lacuna no ensino-aprendizagem. Ou seja, ainda que as pessoas respondentes possam ter concluído seus estudos antes ou após a criação das leis n. 10.639/2003 e n. 11.645/2008, esses temas não foram considerados relevantes e prioritários para que a abordagem fosse realizada de modo adequada.

Sobre o tema **história e cultura africana**, temos que:

- 44% consideram que o tema foi abordado de forma muito adequada;
- 44% consideram que o tema foi abordado de forma pouco adequada; e
- 10% consideram que o tema foi abordado de forma nada adequada.

Considerando a análise das respostas por grupos, verificamos que:

- 50% das **pessoas com ensino fundamental** consideram que o tema foi abordado de forma pouco ou nada adequada;
- 56% das **pessoas com ensino médio** consideram que o tema foi abordado de forma pouco ou nada adequada; e
- 54% das **pessoas com ensino superior** consideram que o tema foi abordado de forma pouco ou nada adequada.





Sobre a forma como o tema **história e cultura afro-brasileira** foi abordado, os resultados indicam que:

- 42% consideram que o tema foi abordado de forma **muito adequada**;
- 47% consideram que o tema foi abordado de forma **pouco adequada**; e
- 9% consideram que o tema foi abordado de forma **nada adequada**.

Em relação aos grupos de respondentes, destacamos que:

- 53% das pessoas com ensino fundamental consideram que o tema foi abordado de forma pouco ou nada adequada;
- 58% das pessoas com ensino médio consideram que o tema foi abordado de forma pouco ou nada adequada; e
- 54% das pessoas com ensino superior consideram que o tema foi abordado de forma pouco ou nada adequada.

Em relação ao tema **história e cultura indígena** e à forma como o assunto foi abordado, temos que:

- 46% consideram que o tema foi abordado de forma **muito adequada**;
- 45% consideram que o tema foi abordado de forma **pouco adequada**; e
- 8% consideram que o tema foi abordado de forma **nada adequada**.

Em relação aos grupos de respondentes, temos que:

- 50% das **pessoas com ensino fundamental** consideram que o tema foi abordado de forma pouco ou nada adequada;
- 53% das **pessoas com ensino médio** consideram que o tema foi abordado de forma pouco ou nada adequada; e
- 56% das **pessoas com ensino superior** consideram que o tema foi abordado de forma pouco ou nada adequada.

Por fim, ao analisarmos os resultados da forma de abordagem do tema racismo, identificamos que:





- 47% consideram que o tema foi abordado de forma muito adequada;
- 42% consideram que o tema foi abordado de forma pouco adequada; e
- 10% consideram que o tema foi abordado de forma nada adequada.

Em relação às pessoas respondentes por grupos, temos que:

- 51% das **pessoas com ensino fundamental** consideram que o tema foi abordado de forma pouco ou nada adequada;
- 51% das **pessoas com ensino médio** consideram que o tema foi abordado de forma pouco ou nada adequada; e
- 53% das **pessoas com ensino superior** consideram que o tema foi abordado de forma pouco ou nada adequada.

3.2 - Temas considerados menos relevantes e menos aprendidos na escola: gênero, sexualidade, e história das contribuições e protagonismo das mulheres

Menos de dois terços das pessoas entrevistadas, ou seja, **menos de 33%**, consideram os **temas gênero, história das contribuições e do protagonismo das mulheres e sexualidade** como relevantes de serem ensinados nas escolas.

- 31% para o tema de gênero;
- 24% para o tema de história das contribuições e do protagonismo das mulheres; e
- 24% para o tema de sexualidade.

Os grupos que mais consideram a importância do **tema de gênero ser aprendido no ambiente escolar** são::

- 37% das pessoas jovens de 16 a 24 anos;
- 33% das pessoas com ensino médio; e
- 39% das pessoas com ensino superior.

Em relação aos grupos que mais consideraram o tema **sexualidade relevante**, identificamos:

- 31% das pessoas jovens de 16 a 24 anos;
- 30% das pessoas com ensino superior; e
- 27% das pessoas com orientação política mais à esquerda.





Sobre o tema **história das contribuições e do protagonismo das mulheres**, os grupos que mais consideraram a sua relevância são:

- 33% das pessoas com ensino superior;
- 28% das pessoas jovens de 16 a 24 anos; e
- 27% das pessoas com orientação política mais à esquerda.

Apesar de as pessoas participantes das pesquisas reconhecerem a importância dos temas de **gênero, história das contribuições e do protagonismo das mulheres e sexualidade** serem ensinados nas escolas, identificamos que mais de **85% das pessoas entrevistadas não aprenderam sobre essas temáticas.**

- 14% das pessoas afirmaram terem aprendido sobre o tema **gênero**;
- 10% das pessoas afirmaram terem aprendido sobre o tema **história das contribuições e do protagonismo das mulheres**; e
- 8% das pessoas afirmaram terem aprendido sobre o tema **sexualidade**.

Dentre os grupos que mais aprenderam sobre o tema **gênero na escola**, percebemos que:

- 18% das pessoas têm idade entre 16 e 24 anos;
- 15% das pessoas têm ensino médio; e
- 19% das pessoas têm ensino superior.

Em relação ao tema **história das contribuições e do protagonismo das mulheres**, os grupos que mais aprenderam esse tema são:

- 18% das pessoas com idade entre 16 e 24 anos;
- 10% das pessoas com ensino médio; e
- 14% das pessoas com ensino superior.

Sobre o tema **sexualidade**, os grupos que mais aprenderam sobre esse tema foram:

- 12% das pessoas têm idade entre 16 e 24 anos;
- 9% das pessoas têm ensino médio; e
- 12% das pessoas têm ensino superior.





13% das pessoas afirmaram que não aprenderam nenhum dos temas apresentados.

Dentre as pessoas participantes da pesquisa que afirmaram ter aprendido sobre **gênero, história das contribuições e do protagonismo das mulheres e sexualidade**, questionou-se a forma de abordagem desses temas.

54% das pessoas entrevistadas consideram que a forma que os temas de gênero, história das contribuições e do protagonismo das mulheres foram abordados na escola foi pouco ou nada adequada. Além disso, para 49%, o tema de sexualidade também não teve uma abordagem adequada.

Em relação ao tema gênero e a sua abordagem, verificamos que:

- 44% consideram que o tema foi abordado de forma **muito adequada**;
- 3% consideram que o tema foi abordado de forma **pouco adequada**; e
- 11% consideram que o tema foi abordado de forma **nada adequada**.

Sobre a abordagem do tema **história das contribuições e do protagonismo de mulheres**, temos que:

- 45% consideram que o tema foi abordado de forma **muito adequada**;
- 46% consideram que o tema foi abordado de forma **pouco adequada**; e
- 8% consideram que o tema foi abordado de forma **nada adequada**.

Em relação ao tema **sexualidade**, na percepção dos respondentes, identificamos que:

- 49% consideram que o tema foi abordado de forma **muito adequada**;
- 38% consideram que o tema foi abordado de forma **pouco adequada**; e
- 11% consideram que o tema foi abordado de forma **nada adequada**.

Sobre o tema sexualidade, destacamos que os índices são iguais quando comparados, pois 49% das pessoas responderam que o tema foi abordado de forma muito adequada, ao passo que 49% também afirmam que essa temática foi abordada de modo pouco ou nada adequado.





3.3 - Violências nas escolas

No que diz respeito ao tema violência, a pesquisa nos revela dados que indicam um panorama das violências praticadas no ambiente escolar. Ao serem perguntadas se já sofreram algum tipo de violência na escola, **63% das pessoas afirmaram nunca ter sofrido essa experiência.**

Uma parcela significativa de pessoas (34%) respondeu que já sofreram um tipo ou mais de violência na escola.

- 20% das pessoas respondentes sofreram **violência física** (empurrões, tapas etc.);
- 18% das pessoas respondentes sofreram **violência psicológica** (ameaças, humilhações, xingamentos, insultos, chantagens etc.);
- 8% das pessoas respondentes sofreram **violência moral** (difamação, exposição da vida íntima etc.);
- 6% das pessoas respondentes sofreram **violência patrimonial** (ter objetos destruídos, danificados, furtados ou roubados); e
- 3% das pessoas respondentes sofreram **violência sexual** (qualquer ato ou tentativa de obter ato sexual, investidas ou comentários sexuais indesejáveis).

Os grupos que responderam que sofreram violência física:

- 29% das pessoas pretas;
- 24% das pessoas não heterossexuais;
- 23% das pessoas que possuem ou convivem com quem tem deficiência.
- 21% das pessoas pardas; e
- 16% das pessoas brancas.

A análise por **cor/raça e gênero indica o seguinte cenário de violência física** sofrida no âmbito escolar:

- 34% de homens pretos;
- 25% de mulheres pretas;
- 19% de homens brancos;
- 17% de mulheres pardas; e
- 13% de mulheres brancas.



Os grupos que mais responderam que sofreram violência psicológica nas escolas foram:

- 26% das pessoas que possuem ou convivem com quem tem deficiência.
- 25% das pessoas não heterossexuais;
- 21% das pessoas pretas;
- 18% das pessoas pardas; e
- 17% das pessoas brancas;

A análise por **cor/raça e gênero indica o seguinte cenário de violência psicológica** sofrida no âmbito escolar:

- 25% de mulheres pretas;
- 19% de mulheres pardas;
- 19% de mulheres brancas;
- 18% de homens pardos;
- 17% de homens pretos; e
- 14% de homens brancos;


Quando se trata de **violência física na escola**, 19% dos homens brancos e 13% das mulheres brancas foram vítimas, ao passo que 34% dos homens pretos e 25% das mulheres pretas foram agredidas fisicamente nesse espaço.

Em relação à **violência psicológica**, 25% das mulheres pretas e 17% dos homens pretos foram vítimas, enquanto apenas 19% das mulheres brancas e 14% dos homens brancos sofrem esse tipo de violência.

Dentre as pessoas que responderam ter sofrido algum tipo de violência na escola, realizou-se a pergunta "**Na sua opinião, o que motivou a violência que você sofreu na escola?**". As respostas indicam o seguinte:

- 31% afirmou ser a aparência física;
- 29% afirmou ser a classe social;
- 24% afirmou ser a cor/raça/etnia;
- 11% afirmou ser o local de moradia;



- 
- 8% afirmou ser o gênero ou sexo;
 - 7% afirmou ser a religião;
 - 5% afirmou ser a opinião política;
 - 4% afirmou ser a orientação sexual;
 - 4% afirmou ser o local de origem/onde nasceu; e
 - 2% afirmou ser a deficiência.

Os grupos que mais indicaram a aparência física como motivadora da violência são:

- 40% das mulheres pretas;
- 40% das mulheres pardas;
- 37% de mulheres brancas;
- 35% de pessoas jovens de 16 a 24 anos; e
- 35% de pessoas moradoras de capitais.

Destaca-se que a aparência física é um motivador de violência mais expressivo para mulheres (39%) do que para os homens (26%).

Os grupos que mais indicaram raça/cor/etnia como motivador da violência são:

- 63% de mulheres pretas;
- 57% de homens pretos;
- 25% de homens pardos;
- 19% de mulheres pardas;
- 15% de homens brancos; e
- 13% de mulheres brancas.

O percentual de violência motivada pela raça/cor/etnia contra mulheres pretas (63%) é quase cinco vezes maior do que contra mulheres brancas (13%). Em relação aos homens pretos (57%) e homens brancos (15%), essa diferença é de quase quatro vezes.

3.4 - Pessoas com deficiência e convivência democrática

Por meio dos dados coletados, notamos que a maioria das pessoas respondentes da pesquisa acreditam **ser importante a convivência entre pessoas com e sem deficiência**





nas escolas, faculdades, universidades ou no trabalho, percepção que advoga a favor da educação inclusiva.

- 92% das pessoas consideram-na **muito importante**;
- 5% das pessoas consideram-na **pouco importante**;
- 2% das pessoas consideram-na **nada importante**; e
- 1% das pessoas não sabem ou não responderam.

Ao analisar a **acessibilidade das ruas** e calçadas frequentadas pelas pessoas respondentes:

- 45% afirmaram que **existe adequação** para pessoas com deficiências; e
- 54% afirmaram que **não existe adequação**.

Sobre a **acessibilidade no transporte público** para as pessoas que o utilizam:

- 58% dizem que o transporte público **tem acessibilidade**;
- 39% das pessoas dizem que **não tem acessibilidade**; e
- 3% das pessoas não sabem ou não responderam.

Os grupos que indicaram menor acessibilidade no transporte público com relação à média geral são:

- 52% das pessoas das regiões Norte e Centro Oeste;
- 54% das pessoas da região Nordeste; e
- 54% das pessoas que moram em municípios do interior.

Com relação à **acessibilidade em universidades, faculdades e escolas**:

- 61% das pessoas afirmam **que há acessibilidade** para pessoas com deficiências;
- 32% das pessoas afirmam **que não há acessibilidade**; e
- 7% das pessoas não sabem ou não responderam.





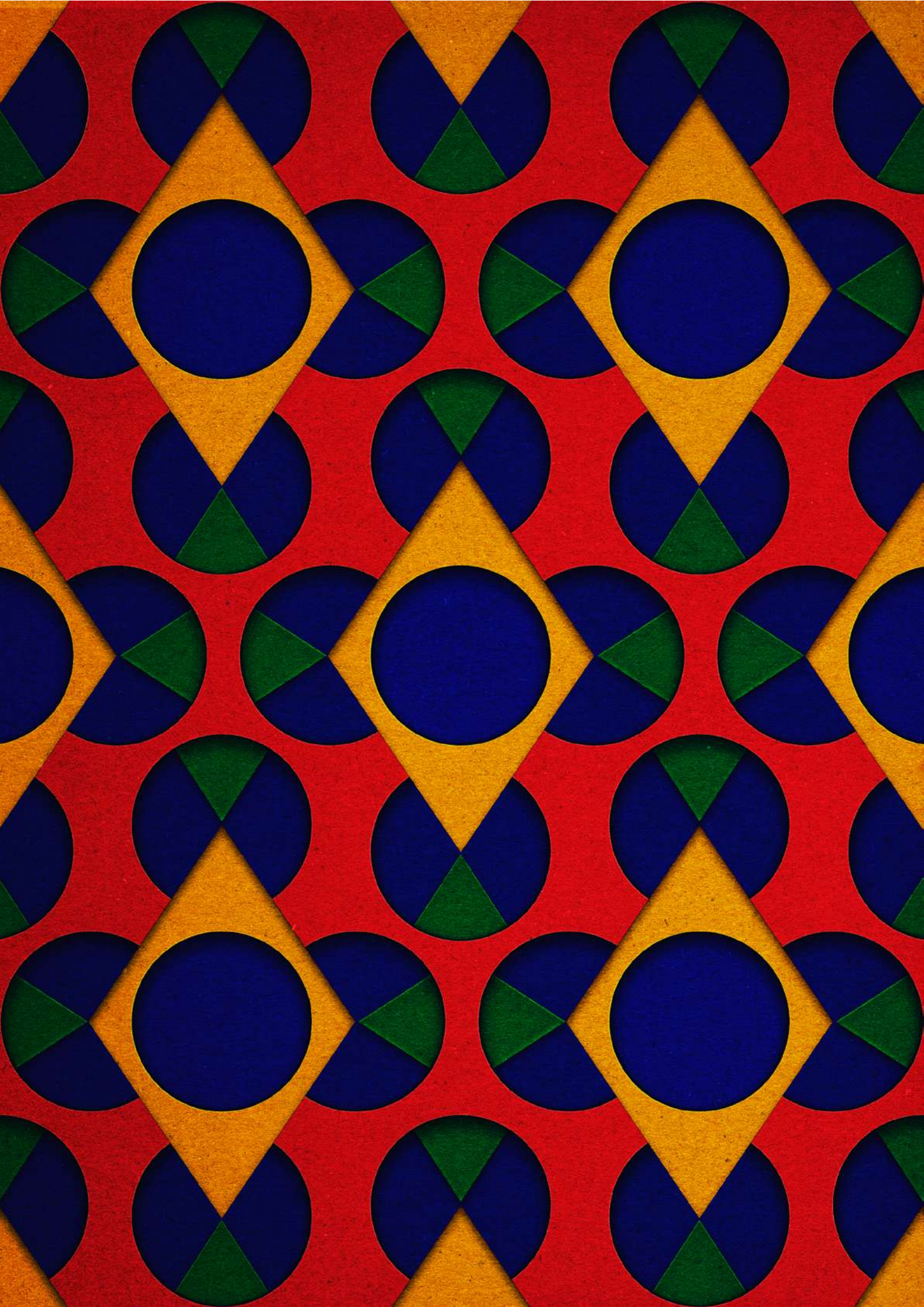
No que se refere à **acessibilidade nos espaços de trabalho** para as pessoas que trabalham:

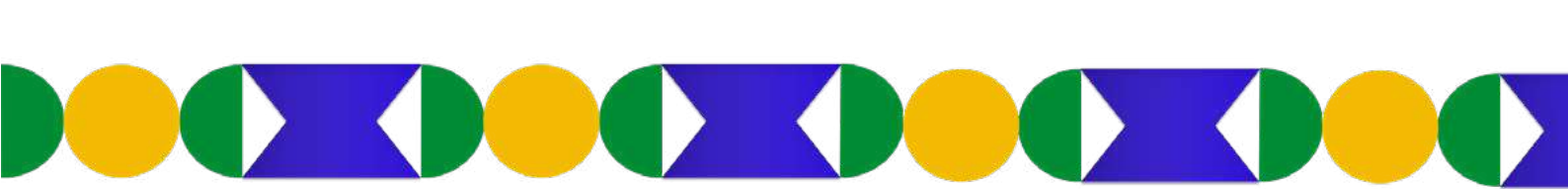
- 50% dizem que **há acessibilidade** no trabalho;
- 43% dizem que **não há acessibilidade**; e
- 7% não sabem ou não responderam.

Os grupos que apontam que há menos acessibilidade em seus locais de trabalho são:

- 46% das pessoas com ensino fundamental;
- 45% das pessoas da região Nordeste;
- 46% das pessoas que moram em municípios periféricos; e
- 45% das pessoas com renda de até um salário mínimo.







4 - BLOCO “POLÍTICAS PÚBLICAS”

4.1 - Racismo ambiental e desastres ambientais

Apenas 24% da população sabe o que é ou já ouviu falar sobre racismo ambiental.

Os grupos que demonstram **maior conhecimento sobre racismo ambiental** são:

- 32% das pessoas com ensino superior sabem ou já ouviram falar sobre o tema;
- 31% das pessoas que moram em capitais;
- 29% das pessoas que moram em municípios com mais de 500 mil habitantes;
- 29% das pessoas de 16 a 24 anos; e
- 27% das pessoas com renda familiar de mais de cinco salários mínimos.

Apenas 14% das pessoas indicam o racismo ambiental como uma razão para desastres ambientais, como alagamentos, enchentes, desmoronamentos, queimadas e contaminação por poluentes.

Com relação aos **motivos indicados para desastres ambientais**, consta que:

- 60% das pessoas respondentes indicam descaso do poder público;
- 35% indicam falta de planejamento urbano nas periferias das cidades;
- 30% indicam falta de fiscalização pelo poder público;
- 22% indicam ocupação desordenada das cidades;
- 19% indicam falta de garantia adequada ao direito à moradia;
- 18% indicam permissão inadequada para a exploração de territórios;
- 14% indicam racismo ambiental;
- 13% indicam descumprimentos de normas ambientais pelas empresas públicas e privadas;
- 5% não sabem/não responderam; e
- 1% não apontou nenhuma das alternativas acima.





4.2 - Políticas e instituições de segurança pública

Como indicado no Bloco Percepções sobre o Racismo e as Desigualdades, a ampla maioria da população brasileira concorda que:

- Pessoas negras e pessoas brancas são tratadas de formas diferentes pelas polícias, 84% concordam (totalmente e em parte);
- A abordagem policial é baseada na cor da pele, no tipo de cabelo e de vestimenta das pessoas, 79% (totalmente e em parte); e
- Pessoas negras são mais criminalizadas e punidas do que as pessoas brancas, 88% (totalmente e em parte).

4.3 - Representatividade e equidade

Assim como visto no Bloco Percepções sobre o Racismo e as Desigualdades, 75% da população brasileira concorda (totalmente e em parte) que aumentar a representatividade das pessoas negras na política e em cargos de poder contribui para diminuir as desigualdades estruturais.

A pesquisa nos revela os índices de pessoas que **sentem que o grupo étnico-racial delas está representado de forma adequada** nos seguintes espaços:

- 29% consideram que estão representadas na política;
- 25% consideram que estão representadas na mídia (televisão, jornais, revistas, rádio, mídias sociais etc.);
- 18% consideram que não estão representadas nesses espaços;
- 17% consideram que estão representadas nos movimentos sociais (grupos organizados que representam causas específicas e buscam mudanças sociais);
- 16% consideram que estão representadas no Poder Executivo (presidente, governadores e prefeitos);
- 13% consideram que estão representadas no setor empresarial;
- 13% das pessoas entrevistadas não souberam ou não responderam;
- 13% consideram que estão representadas no Poder Legislativo (deputados federais, senadores, deputados estaduais e vereadores);
- 12% consideram que estão representadas no Poder Judiciário (Supremo Tri-



bunal Federal, tribunais estaduais e juízes);

- 11% consideram que estão representadas nas organizações não governamentais (ONGs); e
- 9% consideram que estão representadas em organismos internacionais (ONU, Otan, Banco Mundial, FMI, OMC etc.).

18% consideram que não estão representadas nos espaços indicados na questão.

As pessoas pretas sentem-se menos representadas do que as pessoas brancas em quase todos os espaços indicados na questão, com exceção da mídia (televisão, jornais, revistas, rádio, mídias sociais etc.), dos movimentos sociais e das organizações não governamentais (ONGs).

Enquanto **16% das pessoas brancas** sentem-se representadas no Poder Judiciário, **apenas 5% das pessoas** pretas sentem-se representadas nesse espaço.

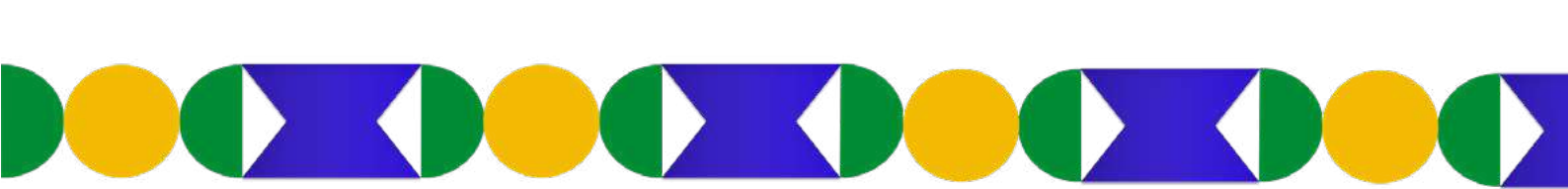
No Poder Executivo, **20% das pessoas brancas** consideram que são representadas, enquanto **somente 8% das pessoas pretas** acreditam que são representadas.

Quando se trata do setor empresarial, **apenas 10% das pessoas pretas e 10% das pessoas pardas** sentem-se representadas, **ao passo que 17% das pessoas brancas** consideram ter representatividade nesse setor.

No que se refere à equidade, **apenas 27%** das pessoas sabem ou já ouviram falar sobre esse tema.

Os índices de conhecimento sobre equidade são maiores nos seguintes grupos de pessoas respondentes:

- 53% das pessoas com ensino superior sabem sobre o tema;
- 49% das pessoas com mais de cinco salários mínimos;
- 37% das pessoas sem religião ou que não responderam sobre esse tema;
- 36% das pessoas jovens de 16 a 24 anos;
- 33% das pessoas com renda mensal de dois a cinco salários mínimos;
- 33% das pessoas que moram em municípios com mais de 500 mil habitantes;
- 32% das pessoas da região Sudeste;
- 32% das pessoas de 25 a 34 anos;

- 
- 31% das pessoas mais à esquerda no espectro político;
 - 31% das pessoas que moram em capitais; e
 - 30% das pessoas que possuem ou convivem com quem tem deficiência.

A pesquisa nos indica que, **quanto mais velhas são as pessoas, menores são os índices de conhecimento sobre equidade.**

- 82% das pessoas de 60 a 64 anos não sabem sobre equidade; e
- 84% das pessoas de 65 a 69 anos desconhecem o tema.

O estudo revela que quanto mais alta a escolaridade das pessoas, maiores são os índices de conhecimento sobre equidade.

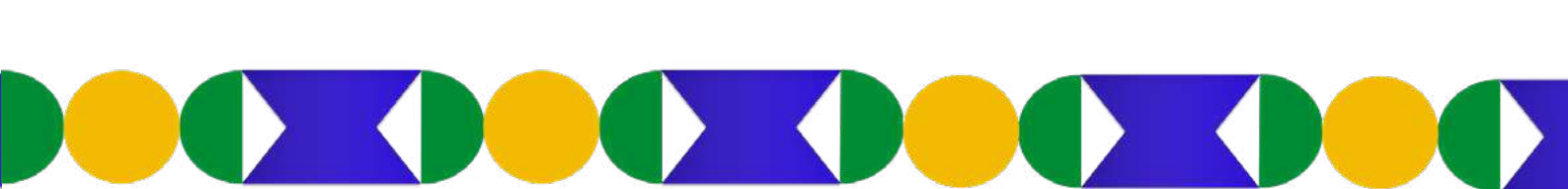
4.4 - Ações afirmativas e cotas

Sobre esse tema, **69% das pessoas respondentes indicam que são a favor das cotas/ ações afirmativas ou reservas de vagas de emprego de forma geral.** Com relação a grupos populacionais específicos que poderiam ser beneficiários desse tipo de ação afirmativa, constam os seguintes índices de menções (do maior para o menor):

- 88% das pessoas são a favor das **cotas para pessoas com deficiência**;
- 83% das pessoas são a favor das **cotas sociais** (para pessoas de baixa renda);
- 74% das pessoas são a favor das **cotas raciais** (para pessoas pretas, pardas e indígenas);
- 72% das pessoas são a favor das **cotas para mulheres**; e
- 56% das pessoas são a favor das **cotas para pessoas LGBTQIA+**.

Os grupos populacionais mencionados são apoiados por mais da metade das pessoas respondentes, o que indica um posicionamento mais favorável que desfavorável às cotas como modalidade de ação afirmativa.





As pessoas respondentes também indicam se já foram **beneficiadas por algum tipo de cota ou ações afirmativas**. Consta que:

- 89% das pessoas afirmam que **nunca foram beneficiadas** por políticas de ação afirmativa/reservas de vagas;
- 5% das pessoas afirmam que foram beneficiadas no **acesso à educação** (curso, escola, faculdade/universidade);
- 3% das pessoas não sabem ou não responderam;
- 2% das pessoas afirmam que foram beneficiadas no **acesso ao emprego** (curso público, emprego privado);
- 2% das pessoas afirmam que foram beneficiadas em **outro tipo de cota ou ação afirmativa**; e
- 1% das pessoas afirmaram que foram beneficiadas no **acesso à moradia**.

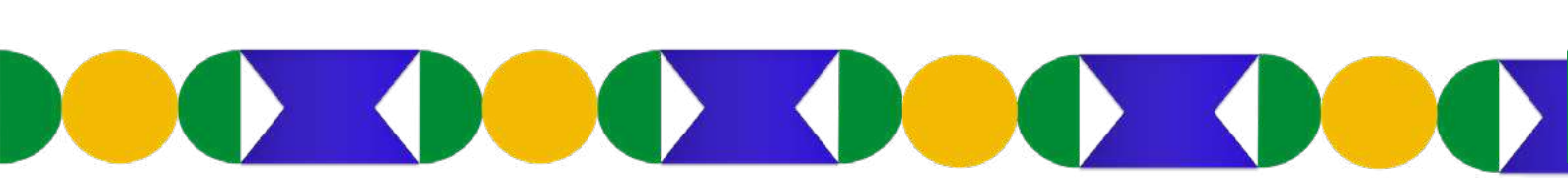
No Brasil, há a Lei Federal n. 12.711/2012, que institui reserva de vagas (sociais e raciais) nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico e de nível médio.

4.5 - Políticas de inclusão e outras ações

Assim como consta no Bloco Percepções sobre o Racismo e as Desigualdades, o enunciado “O Brasil **possui políticas públicas suficientes** para garantir a inclusão e mais oportunidades para pessoas negras” **não apresenta larga margem de diferença** entre concordantes e discordantes. Há 45% de concordantes (totalmente e em parte) e 49% de discordantes (totalmente e em parte).

Para a pergunta “**Para quais temas a seguir você acredita que o poder público deveria desenvolver ações de políticas públicas?**”, constam os seguintes índices:

- 54% indicam enfrentamento das desigualdades;
- 34% na promoção de uma educação antirracista;
- 33% na valorização da diversidade;
- 32% na promoção da acessibilidade para pessoas com deficiência;
- 26% na promoção da equidade racial;
- 21% no enfrentamento do racismo ambiental;

- 
- 15% na promoção da equidade de gênero; e
 - 7% não sabem ou não responderam.

Apenas 2% das pessoas consideram que as ações devem focar em outros temas além de desigualdades, educação antirracista, diversidade, acessibilidade para pessoas com deficiência, equidade racial, racismo ambiental e equidade de gênero

Enquanto **40% das pessoas negras consideram importante que existam políticas públicas com foco na promoção de uma educação antirracista**, 31% das pessoas brancas concordam com a presença de ações focadas nesse tema.





5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1 Recomendações

Diante dos resultados da pesquisa “Percepções sobre Racismo no Brasil”, torna-se urgente a realização das ações identificadas abaixo.

Especificamente no campo da compreensão das relações raciais na sociedade brasileira:

Considerando que a população brasileira ainda tem dificuldade de compreender os fatores sistêmicos, estruturais e institucionais do racismo e reconhece, majoritariamente, o tratamento desigual entre pessoas negras e brancas, recomendamos que o Estado brasileiro:

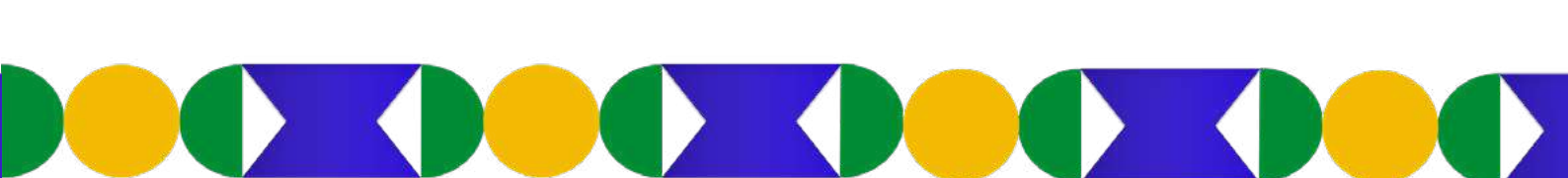
- Produza materiais e campanhas para informar a sociedade sobre o impacto desse fenômeno no país e seu papel no atraso do desenvolvimento nacional, assim como sobre a importância de não o naturalizar e os mecanismos para identificá-lo, denunciá-lo e enfrentá-lo; e
- Desenvolva programas de combate ao racismo institucional nos órgãos públicos, especialmente da educação, justiça e segurança pública.

Considerando que a população brasileira reconhece a insuficiência da legislação para combater o racismo no país, tanto por parte das pessoas quanto por parte das instituições, e compreende que aumentar a representatividade de pessoas negras na política e nos espaços de poder e de tomadas de decisão contribuiria para diminuir as desigualdades, recomendamos que o Estado:

- Desenvolva programas e campanhas para que a sociedade tenha acesso à informação sobre como usar os marcos legais em sua defesa e para que os operadores de Direito sejam formados sobre a importância do acolhimento das vítimas, do reconhecimento do racismo e do cumprimento da lei; e
- Efetive a legislação de reserva de vagas para grupos historicamente discriminados nos cargos comissionados responsáveis pela construção das políticas públicas e aprimore a lei de reserva de vagas nos concursos públicos.

Considerando que a população brasileira aponta raça/cor/etnia como principal fator





gerador de desigualdades, que o Brasil é um país racista e não há políticas públicas suficientes para incluir grupos historicamente discriminados, sugerimos que o Estado brasileiro, tanto o Poder Executivo quanto o Legislativo:

- Dialogue com a percepção da sociedade e elabore políticas públicas e legislações focadas na problemática do racismo para enfrentar as desigualdades no país e promova a equidade racial.

Considerando que a maior parcela da população sente-se confortável em declarar sua raça/cor/etnia, julga fácil declarar sua raça/cor/etnia e opina ser importante declarar sua raça/cor/etnia, o Estado precisa de uma política nacional que:

- Fortaleça o preenchimento do quesito raça/cor/etnia nos diferentes órgãos como estratégia de monitoramento das desigualdades raciais.

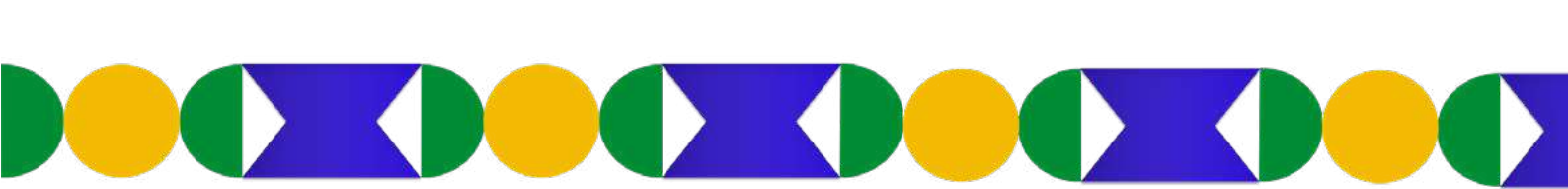
Especificamente no campo educacional:

Considerando que a maioria das pessoas entrevistadas considera que os temas história e cultura africana, história e cultura afro-brasileira e história e cultura indígena foram abordados de forma pouco ou nada adequada, o Estado necessita de políticas de:

- Monitoramento e avaliação perene sobre a implementação das leis n. 10.639/2003 e 11.645/2008, bem como sobre as diretrizes relacionadas à educação escolar quilombola e à educação escolar indígena; e
- Formação continuada centrada na educação para as relações étnico-raciais, as práticas equitativas e a história e cultura africana, afro-brasileira e dos povos indígenas com foco nos docentes, gestores e na equipe técnica das secretarias de educação.

Considerando que a maioria da população brasileira afirma que o Brasil é um país racista, que raça/cor/etnia é um dos principais motivadores para a ocorrência da violência nas escolas e que o tema mais importante a ser estudado dentro das escolas é o racismo, é fundamental que o Estado implemente ações de:

- Promoção de uma educação antirracista e anticapacitista nas escolas, faculdades e universidades;

- 
- Suporte psicossocial para as pessoas que sofrem ou sofreram racismo; e
 - Criação de fluxo para recebimento, tratativas e encaminhamentos de soluções para denúncias de casos de racismo.

Considerando que a maioria da população brasileira concorda que aumentar a representatividade das pessoas negras em cargos de poder contribui para diminuir as desigualdades estruturais, o Estado deve investir em políticas de:

- Políticas intersetoriais com foco na redução das desigualdades provocadas pelo racismo;
- Ações de equidade com foco na população com deficiência, sobretudo no setor da educação, em uma perspectiva inclusiva, interseccional e não segregada;
- Monitoramento contínuo da implementação da Lei n. 12.990/2014, que institui a reserva de vagas para pessoas pretas e pessoas pardas em concursos públicos federais; e
- Incentivo à contratação de pessoas pretas, pardas e indígenas para o quadro de funcionários efetivos e temporários de instituições privadas e públicas (municipais e estaduais).

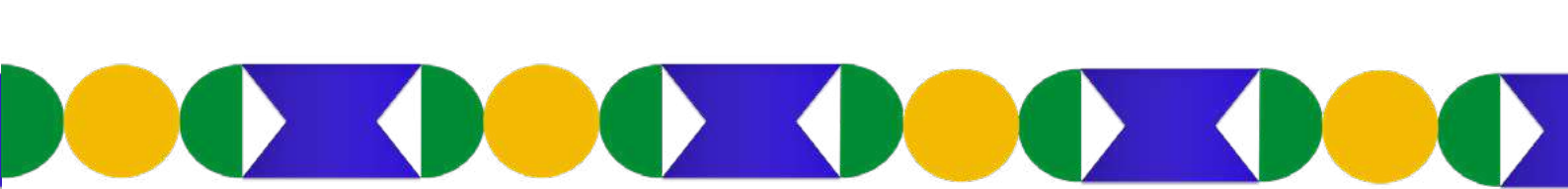
Especificamente em relação às políticas públicas

Considerando que a maioria da população brasileira concorda que aumentar a representatividade das pessoas negras em cargos de poder contribui para diminuir as desigualdades estruturais, e posiciona-se a favor das cotas sociais e/ou raciais, o Estado deve investir no aprimoramento, na continuidade e no monitoramento das leis:

- N. 12.711/2012, que institui reserva de vagas para pessoas pretas, pardas, indígenas e de baixa renda no ingresso em universidades federais e em instituições federais de ensino técnico de níveis médio e superior; e
- N. 12.990/2014, que institui reserva de vagas para pessoas negras em concursos públicos federais.

Considerando que a maior parte da população brasileira aponta que pessoas negras e pessoas brancas são tratadas de formas diferentes pelas polícias e que pessoas negras são mais criminalizadas e punidas do que as pessoas brancas, o Estado necessita:



- 
- Efetivar o Estatuto da Igualdade Racial, instituído pela Lei n. 12.288/2010, sendo destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnico-racial;
 - Estimular a participação de movimentos negros, indígenas e quilombolas nos processos de formulação de políticas públicas;
 - Implementar, monitorar e avaliar as políticas públicas já existentes com foco nas populações negra, indígenas e quilombola; e
 - Formular políticas públicas para combater o racismo e promover iniciativas de equidade racial com foco nas populações negra, indígenas e quilombola.

